

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 92

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 28 DE JUNHO DE 2000

ANO XXVI

## *Mesa Diretora*

**NELSON JUSTUS**

Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

1º Vice-Presidente - PMDB

**JOSÉ MARIA FERREIRA**

2º Vice-Presidente - PSDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUIZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i> .....	<i>Irineu Colombo</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PL</i> .....	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>

## *Representação Partidária*

*PTB - 12: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 09: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 06: Albanor Gomes (licenciado) - Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho (licenciado) - Sérgio Spada; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli (licenciado) - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno (licenciado) - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Edno Guimarães - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama (licenciado); PSB - 01: Ricardo Maia; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSC 01: Miltinho Puppio; SEM PARTIDO - 01: Antonio Carlos Belinati.*

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 017ª SESSÃO  
EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
28 DE JUNHO DE 2000**

*(quarta-feira)*

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Hermas Brandão e Luiz Carlos Alborghetti.

Às dezesseis horas e trinta e cinco minutos, é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar BuenoEdno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Puppio, Moisés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54). Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não havendo expediente a ser lido, nem oradores inscritos,  
Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

**ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 568/99, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional do Trânsito no município de Mandaguáçu. **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 568/99**

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, através do Departamento de Trânsito - Detran, a Circunscrição Regional de Trânsito - Ciretran, no município de Mandaguáçu.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28.06.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente  
HERMES FONSECA - Relator

**ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 089/2000, de autoria do Poder Executivo - Mensagem 006/2000, que dispõe sobre pagamento de auxílio contra acidentes pessoais aos policiais civis ou militares acidentados no exercício de suas funções compreendido entre 10.12.98 e 16.02.2000, nos valores que especifica. **Aprovado.**

**ITEM 03**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 116/2000, de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2001. **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 116/2000**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no Art. 133, § 3º, da Constituição do Estado do Paraná e em conformidade com o requerimento pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 2001, compreendendo:

I - as prioridades da Administração Pública Estadual;

II - a estrutura e organização dos orçamentos;

III - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado;

IV - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;

V - as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;

VI - as disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de créditos;

VII - disposições transitórias;

VIII - demais disposições

## CAPÍTULO I

### DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Art. 2º - As prioridades da Administração Pública Estadual deverão estar de acordo com aquelas especificadas no Plano Plurianual 2000 a 2003, aprovado pela Lei Estadual nº 12.824, de 28 de dezembro de 1999 e definidas nos Orçamentos para o exercício financeiro de 2001.

## CAPÍTULO II

### Da Estrutura E Organização Dos Orçamentos

Art. 3º - Para efeito da Lei Orçamentária, entende-se por:

a) Programa: instrumento de organização da ação governamental, através do qual são estabelecidos objetivos e metas quantificáveis ou não, que serão cumpridos através da integração de um conjunto de esforços com recursos humanos, materiais e financeiros a ele alocados e com custo global determinado;

b) Atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação do governo;

c) Projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo;

d) Operações Especiais: despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades e operações especiais, especificando valores, metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada projeto, atividade e operação especial estará vinculado a uma função e subfunção.

Art. 4º - A elaboração dos Orçamentos Fiscal e Próprio das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos, discriminará a despesa por Unidade Orçamentária, detalhada por categoria de programação,

especificando os grupos de despesas, com suas respectivas dotações, indicando para cada categoria econômica, o grupo de despesa, a modalidade de aplicação, o elemento de despesa e a fonte de recursos.

Parágrafo Único - A fonte de recursos de que trata o caput deste artigo será apresentada no Projeto de Lei Orçamentária por grupo de fontes, ficando a execução orçamentária condicionada ao nível da introdução das informações no sistema. A apresentação das fontes, no Projeto de Lei Orçamentária será feito com o seguinte agrupamento:

- Recursos Próprios do Tesouro - Código 01, compreendendo as seguintes fontes:

00 - Ordinário não Vinculado;

05 - Resultado da Exploração de Recursos Hídricos, Petróleo, Gás Natural e outros;

12 - Retorno do PROSAM;

13 - Títulos do Tesouro Estadual;

23 - Renda do Fundo Penitenciário;

24 - Multas e Taxas de Saúde Pública - FUNSAUDE;

25 - Venda de Ativos e/ou Devolução de Capital Subscrito;

26 - Contribuições Compulsórias para a Previdência Social;

27 - Multas e Taxas de Defesa Sanitária - FEAP;

28 - Fundo de Reequipamento do Fisco - FUNRE-FISCO;

29 - Taxas de Polícia - FUNRESPOL;

31 - Programa de Assistência ao Menor e de Natureza Social - Lei nº 11.091/95;

32 - Pesquisa Científica e Tecnológica;

38 - Taxa Ambiental;

39 - Fundo de Modernização da Polícia Militar - FUMPM;

41 - Retorno de Programas Especiais - FDU;

47 - Receita Decorrente da Lei Estadual nº 12.201 de 25.06.98.

- Convênios do Tesouro - Código 09, compreendendo as seguintes fontes:

07 - Convênios com Órgãos Federais;

33 - Convênios com o Exterior.

- Operações de Crédito do Tesouro - Código 15, compreendendo as seguintes fontes:

14 - Operação de Crédito Interna - Não Vinculada;

20 - Operação de Crédito Interna - Vinculada;

30 - Operação de Crédito Externa Vinculada - Paraná 12 Meses/BIRD;

34 - Operação de Crédito Externa Vinculada - PROSAM/BIRD;

35 - Operação de Crédito Externa Vinculada - PQE/BIRD;

36 - Operação de Crédito Externa Vinculada - PROEM/BID;

37 - Operação de Crédito Externa Vinculada - Paraná Urbano/BID;

40 - Operação de Crédito Externa Vinculada - Saneamento Ambiental - PARANASAN/OECF;

42 - Operação de Crédito Externa Vinculada - Paraná Urbano/OECF;

44 - Operação de Crédito Externa Vinculada - Paraná

Solidariedade;

- Salário Educação - Código 16, compreendendo a seguinte Fonte:

16 - Cota-Parte da Contribuição do Salário Educação - Cota Estadual

- Fundef - Código 45, compreendendo a seguinte fonte:

45 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

- Recursos de outras fontes - Código 95, compreendendo as seguintes fontes:

50 - Diretamente Arrecadados;

51 - Operação de Crédito Interna;

52 - Operação de Crédito Externa;

53 - Cota-parte das Rendas das Loterias Estaduais;

54 - Multas por Infração ao Código de Trânsito Brasileiro - Funrestran;

55 - Transferência da União - SUS;

56 - Reposição Florestal - Serflor;

70 - Aumento de Capital Social;

81 - Convênios com Órgãos Federais;

82 - Convênios com Órgãos Estaduais;

83 - Convênios com o Exterior;

84 - Outros Convênios;

92 - Cota-Parte da Contribuição do Salário Educação - Cota Federal.

Art. 5º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual será apresentado segundo os seguintes desdobramentos:

Despesas Correntes

Pessoal e Encargos Sociais

Juros e Encargos da Dívida

Outras Despesas Correntes

Despesas de Capital

Investimentos

Inversões Financeiras

Amortização da Dívida

Outras Despesas de Capital

Art. 6º - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista terá sua despesa totalizada por empresa, ficando seu programa de trabalho detalhado por projeto/atividade segundo a mesma classificação funcional-programática dotada nos demais orçamentos.

Art. 7º - O Programa de Obras será apresentado por Unidade Orçamentária, Projeto/Atividade, estado, região ou município e de forma individualizada com

unidade de medida, quantidade e valor discriminado segundo a fonte de recursos.

Art. 8º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhar à Assembléia legislativa, cumprindo o prazo previsto na legislação em vigor, será composto de:

I - exposição justificativa contendo quadros-resumo com informações sobre a situação econômico-financeira do Estado e outras informações consideradas relevantes à análise da Proposta Orçamentária;

II - texto da lei;

III - anexo I contendo a legislação da receita de recolhimento centralizado e descentralizado e quadros resumos das receitas referentes ao Orçamento Fiscal, ao Orçamento Próprio da Administração Indireta e ao Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista;

IV - anexo II contendo resumos gerais das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, segundo as fontes de recursos;

V - anexo III contendo o Orçamento Fiscal, composto pelos Orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e do Ministério Público e os Orçamentos Próprios das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos, a que se refere o artigo 133, § 6º, incisos I e II da Constituição Estadual;

VI - anexo IV contendo o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, a que se refere o artigo 133, § 6º, inciso III da Constituição Estadual;

VII - anexo V contendo o Programa de Obras das Unidades Orçamentárias, conforme determinação da Emenda Constitucional nº 02, de 15 de dezembro de 1993.

### Capítulo III

#### Das Diretrizes Gerais para a Elaboração e Execução dos Orçamentos do Estado

Art. 9º - A elaboração do projeto de lei, aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2001 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra a presente lei, além dos parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando o equilíbrio orçamentário-financeiro.

§ 1º - O Poder Executivo deverá estabelecer uma programação orçamentária-financeira, visando o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo.

§ 2º - Para o efetivo cumprimento da transparência da gestão fiscal de que trata o *caput* deste artigo, o Poder Executivo, por intermédio da Secretaria da Fazenda, deverá:

I - manter atualizado endereço eletrônico, de livre acesso a todo cidadão, contendo dados e informações descritas no artigo 48 da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2.000.

II - As medidas previstas no Inciso I deste artigo serão providenciadas a partir da execução da Lei Orçamentária Anual do exercício de 2001 e nos prazos definidos pela Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2.000.

Art. 10 - Se verificando, ao final de um bimestre, que a execução das despesas for superior a realização das receitas, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 1º - Essa limitação será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de outras despesas corrente e despesas de capital de cada Poder e do Ministério Público.

§ 2º - Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará aos demais Poderes e ao Ministério Público o montante que caberá a cada um tomar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 3º - No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no *caput*, fica o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros, a serem, repassados, segundo a realização efetiva das receitas no bimestre.

Art. 11 - A elaboração das propostas dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério será feita dentro dos seguintes limites percentuais da Receita Geral do Tesouro Estadual, após excluídas as parcelas da receita centralizada pertencentes aos municípios, as operações de crédito, as participações nas transparências da União e as receitas vinculadas:

- Poder Legislativo.....5,0%
- Poder Judiciário.....8,5%
- Ministério Público.....3,3%

Parágrafo Único - Do percentual de 5% destinado ao Poder Legislativo, caberá a Assembléia Legislativa o percentual de 3,10 e ao Tribunal de Contas 1,90.

Art. 12 - As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativos e Judiciário e do Ministério Público serão apresentadas ao poder Executivo, até o dia 04 de setembro de 2000, para a consolidação do Orçamento Geral do Estado.

Art. 13 - As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público não poderão apresentar valores diferentes daqueles que lhe couber pelos limites percentuais, de forma a garantir o fechamento do Orçamento geral do Estado.

Art. 14 - O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2001 terá a receita estimada e as despesas fixadas segundo os preços vigentes em 30 de junho de 2000, podendo serem atualizadas antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, ou outro que venha a substituí-lo, para o período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 2000, de acordo com os critérios estabelecidos no próprio projeto de lei.

Parágrafo Único - As despesas serão de programas custeados com financiamento em moeda estrangeira serão convertidas em moeda nacional à taxa oficial de câmbio vigente em 30 de junho de 2000.

Art. 15 - Na programação da despesa não poderão ser:

I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II - incluídas ações com as mesmas finalidades em mais de um órgão;

III - incluídas despesas a título de Investimento em regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma do artigo 167, § 3º da Constituição Federal e do Art. 135, § 2º da Constituição Estadual;

IV - classificadas como atividades dotações que visem o desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo, bem como, classificadas como projetos ações de duração continuada;

V - incluídas em projetos ou atividades despesas caracterizadas como operações especiais.

Art. 16 - A Receita de Recolhimento Centralizado será apresentada, no seu demonstrativo, com a previsão de 100% do ingresso, ficando a parcela pertencente aos municípios, programada na despesa sob a forma de distribuição de receitas, de acordo com a legislação vigente.

Art. 17 - O Orçamento Fiscal e os Orçamentos Próprios da Administração indireta para o exercício de 2001 terão as receitas de recolhimento centralizado do tesouro Estadual e de recolhimento descentralizado das Autarquias, Fundações, Órgãos de regime Especial e Fundos, no valor aproximado de R\$11.510.192.000,00 (onze bilhões, quinhentos e dez milhões, cento e noventa e dois mil reais), a preços de 30 de junho de 2000, ficando a despesa fixada em igual valor.

Art. 18 - As receitas dos Órgãos, Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Fundos e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo estado, serão programadas para atender prioritariamente

as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartidas de financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

Parágrafo Único - Incluem-se nas receitas citadas no *caput* deste artigo, as receitas de arrecadação própria das Autarquias, Fundações, Órgãos de regime Especial e Fundos.

Art. 19 - Os recursos do Tesouro Geral do Estado, destinados às Autarquias, Fundações, Órgãos de regime Especial e Fundos, serão apresentados nos Orçamentos Próprios dessas instituições.

Art. 20 - O Orçamento Fiscal conterá projetos/atividades de transferência de recursos do tesouro Geral do estado para as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

Art. 21 - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista compreenderá as receitas de transferência do tesouro Geral do Estado e as receitas próprias, aplicadas na conta investimento.

§ 1º - No Anexo IV do Projeto de Lei Orçamentária só deverão aparecer as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que possuem programação de investimento.

§ 2º - As Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista que receberem recursos do tesouro Estadual, para despesas de espécies diferentes de investimento, terão estes valores registrados nos projetos/atividades de transparência, dentro do Orçamento Fiscal.

I - A Mensagem do Poder Executivo que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentário à Assembléia Legislativa, conterá quadro demonstrativo dos recursos do Tesouro do Estado transferidos às Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, previstos no parágrafo 2º deste Artigo.

Art. 22 - A programação de investimento, em qualquer dos orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais incluídas no Plano Plurianual para o período de 2000 a 2003.

Parágrafo Único - As obras já iniciadas sob a responsabilidade do governo do Estado do Paraná, terão prioridade na alocação dos recursos para a sua continuidade.

Art. 23 - As despesas destinadas ao pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade em Operações Especiais específicas nas Unidades Orçamentárias responsáveis pelos débitos.

§ 1º - Os recursos alocados no Projeto de Lei Orçamentária com destinação prevista ao contido no *caput*

deste artigo, não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade.

§ 2º - Os Órgãos e as Unidades encaminharão ao Executivo, até o dia 20 de julho de 2000, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais, inscritos até 1º de julho de 2000, a serem incluídos no orçamento de 2001, especificando:

- número de ação originária;
- número do precatório;
- tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa);
- enquadramento (alimentar ou não alimentar);
- data da inscrição do precatório no órgão/unidade;
- nome do beneficiário;
- valor do precatório a ser pago (com atualização até 1º de julho de 2000, conforme ART. 98, § 3º da Constituição do Estado do Paraná);
- cópia do ofício requisitório no caso de precatórios trabalhistas e cópia da requisição de pagamento no caso de ação cível.

Art. 24 - O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2001 alocará recursos do Tesouro Geral do Estado, aos órgãos do Poder Executivo, após deduzidos os recursos destinados:

I - a transferência das parcelas da receita de recolhimento centralizado, pertencentes aos municípios;

II - aos orçamentos dos Poderes legislativo e Judiciário e do Ministério Público de acordo com os limites percentuais definidos no Art. 11 deste Projeto de Lei;

III - ao pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo;

IV - ao pagamento do serviço da dívida;

V - ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com o Art. 205 da Constituição Estadual e com a Lei nº 12.020, de 09 de janeiro de 1998, que instituiu o Fundo Paraná;

VI - à manutenção e desenvolvimento do ensino público, correspondendo a no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da receita de impostos, de acordo com o Art. 185 da Constituição Estadual;

VII - aos empréstimos e contrapartidas de programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais;

VIII - às contribuições do Estado ao Sistema de Seguridade Funcional, compreendendo os programas de Previdência e de Serviços Médico-Hospitalares, conforme legislação em vigor;

IX - ao pagamento de precatórios inscritos até 1º de julho de 2000;

X - a reserva de contingência, de acordo com o especificado no Art. 28 desta Lei.

Art. 25 - Os recursos remanescentes de que trata o artigo anterior, serão distribuídos de acordo com os limites percentuais apresentados a seguir, ficando implícito que a utilização plena por um Órgão implicará na redução

do limite de outro, de forma a manter o percentual global de 100%:

Chefia do poder Executivo	até 5%
Secretaria da Chefia de Gabinete do Governador	até 2%
Secretaria de Estado do Governo	até 1%
Procuradoria Geral do Estado	até 1%
Ouvidoria Geral do Estado	até 1%
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral	até 4%
Administração Geral do Estado - Recursos Supervisão da SEPL	até 10%
Secretaria de Estado da Administração	até 12%
Secretaria de Estado da Fazenda	até 9%
Administração Geral do Estado - Recursos Supervisão da SEFA	até 11%
Secretaria de estado de Obras Públicas	até 1%
Secretaria de Estado da Comunicação Social	até 1%
Secretaria de Estado da Segurança Pública	até 16%
Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia Ensino Superior	até 3%
Secretaria de Estado da Saúde	até 20%
Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania	até 6%
Secretaria de Estado da Cultura	até 5%
Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família	até 6%
Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho	até 3%
Secretaria de Estado do Esporte e Turismo	até 5%
Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico	até 6%

Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento	até 15%
Secretaria de estado do Desenvolvimento Urbano	até 4%
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	até 12%
Secretaria de Estado dos Transportes	até 25%
Secretaria Especial da Política Habitacional	até 10%
Secretaria Especial para Assuntos de Previdência	até 2%
Secretaria Especial para Assuntos Estratégicos	até 1%

§ 1º - Os recursos de que trata o *caput* deste artigo não incluem os recursos vinculados a cada órgão/unidade, bem como os recursos provenientes de convênios firmados diretamente pelos respectivos órgãos/unidades.

§ 2º - Os percentuais alocados para os secretários especiais, no caso da extinção da função, serão remanejados aos órgãos nos quais as ações programáticas daqueles secretários especiais serão desenvolvidas.

Art. 26 - Os recursos provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de governo, deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias de cada Órgão celebrante do contrato, só podendo sofrer desvinculação por lei.

Parágrafo Único - A Lei Orçamentária incluirá na previsão da receita e sua aplicação todos os recurso de transferência, inclusive os oriundos de convênios.

Art. 27 - O Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, por órgão, agrupando-se as fontes vinculadas e não vinculadas, após a publicação da Lei Orçamentária.

Art. 28 - a Lei Orçamentária conterá reserva de contingência com montante definido com base na receita corrente líquida, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

#### **CAPÍTULO IV** **DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES** **NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Art. 29 - Na estimada das receitas do Projeto de Lei Orçamentária Anual serão considerados os efeitos de

alteração na Legislação Tributária até 31 de dezembro de 2000, em especial:

I - as modificações na Legislação Tributária decorrentes de alteração no sistema Tributário Nacional;

II - a concessão e redução de isenções fiscais;

III - a revisão de alíquotas dos tributos de competência; e

IV - aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.

Parágrafo Único - Para fins deste artigo dever-se-á observar o disposto no artigo 14 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

## **CAPÍTULO V**

### **DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO ESTADO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS E OUTRAS DESPESAS CORRENTES, COM BASE NA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**

Art. 30 - No exercício financeiro de 2001 as despesas com pessoal e encargos sociais dos três poderes do Estado, bem como do Ministério Público, observado o limite de 60% (sessenta por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º - Os órgãos do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Poder Executivo e do Ministério Público assumirão de forma solidária as providências necessárias à adequação ao disposto neste artigo.

§ 2º - A repartição dos limites globais, de acordo com o Art. 20, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, não poderá exceder os seguintes percentuais:

a) 3% das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Poder Legislativo incluído o Tribunal de Contas, respeitada como limite a média das despesas com pessoal verificadas nos três exercícios financeiros imediatamente anteriores;

b) 6% (seis por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Poder Judiciário;

c) 49% (quarenta e nove por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o poder Executivo;

d) 2% (dois por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Ministério Público Estadual.

§ 3º - Atendendo o § 1º do Art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, os valores contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de serviços e empregados públicos, contabilizadas como outras despesas de pessoal, estão compreendidas nos limites estabelecidos no parágrafo anterior.

§ 4º - As despesas com Pessoal e Encargos Sociais, dos Poderes e do Ministério Público, deverão enquadrar-se também no disposto no Artigo 71 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 31 - O Projeto de Lei Orçamentária Anual conterà em sua exposição justificativa, demonstrativo dos

gastos com pessoal e encargos sociais, por poder e total, executado nos últimos três anos, a execução provável para 2000 e a estimativa para 2001, com a indicação da representatividade percentual em relação à Receita Corrente Líquida, de acordo com a legislação vigente.

Art. 32 - O valor destinado ao custeio mínimo dos órgãos do Poder Executivo será estabelecido dentro de um limite de gastos considerado necessário para manter o ajuste fiscal do Estado.

## **CAPÍTULO VI**

### **DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DESTINAÇÃO DE RECURSOS PROVENIENTES DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

Art. 33 - O valor das Operações de Crédito orçado para o exercício não poderá ser superior ao montante de despesas de capital fixadas no orçamento.

Parágrafo Único - As programações custeadas com recursos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 34 - Coordenações dos Programas Financeiros deverão ajustar os seus cronogramas de forma que o valor de empréstimos pretendido para o exercício de 2001, possa realmente ser viabilizado com a disponibilidade de contrapartida que o Estado pode oferecer.

## **CAPÍTULO VII**

### **DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

Art. 35 - O Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2001, deverá também considerar as disposições das demais normas legais que vierem a ser aprovadas até a data de seu encaminhamento ao Poder Legislativo Estadual.

## **Capítulo VIII**

### **Demais Disposições**

Art. 36 - As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual deverão ser elaboradas de conformidade com o disposto no artigo 134 da Constituição do Estado do Paraná, observadas as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 37 - O Poder Executivo divulgará e encaminhará à Assembléia Legislativa para ciência, no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os Quadros de Detalhamento de Despesa, por projetos, atividades e operações especiais, dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores corrigidos, se for o caso, na forma do disposto no artigo 14 desta lei.



Art. 38 - Integram a presente lei, de acordo com o disposto no artigo 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, os Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais.

Art. 39 - Os Poderes e o Ministério Público deverão desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo das ações orçamentárias.

Art. 40 - Os Poderes e o Ministério Público deverão implantar sistema de registro, avaliação, atualização e controle do seu ativo permanente, de forma a possibilitar o estabelecimento do real Patrimônio Líquido do Estado.

Art. 41 - O artigo 1º acrescentado do Parágrafo Único e o *caput* do artigo 2º da Lei nº 11.663, de 14 de janeiro de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - As atividades pertinentes à elaboração e acompanhamento da execução dos Planos Plurianuais ficam sob a responsabilidade da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL, e as relativas a Lei de Diretrizes Orçamentárias e dos Orçamentos Fiscal, próprio da Administração Indireta e de investimentos das empresas públicas e sociedades de economia mista estaduais, ficam transferidas da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL para a Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA.

Parágrafo Único - A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL atuará em conjunto com a Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA na elaboração e acompanhamento da Lei de Diretrizes Orçamentária.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a alterar o Sistema de Planejamento de que tratam os artigos 55 e seguintes da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, podendo, inclusive, transferir, no que couber, atribuições dos respectivos Grupos Setoriais a unidades integrantes da estrutura da Secretaria de Estado da Fazenda.”

Art. 42 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.06.2000.

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente  
DURVAL AMARAL - Relator

#### ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 185/2000, de autoria do deputado Caíto Quintana, que declara de Utilidade Pública a Associação de Notários e Registradores do Brasil - Anoreg, seção do Paraná, com sede e foro nesta Capital. **Aprovado.**

#### ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 015/2000, de autoria da Comissão de Tomada de Contas. Aprova a prestação de contas do relatório de gestão do serviço autônomo Paranacidade, exercício de 1999. **Aprovado.**

#### ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 045/2000, de autoria do deputado Miltinho Puppio, que autoriza o Poder Executivo a criar escritório regional da Secretaria de Estado do Trabalho, com sede no município de Apucarana e abrangência nos municípios que especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.A.I.C.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

#### ITEM 07

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 051/2000, de autoria do deputado Cleiton Kielse, que regulamenta a atividade de rodeio como esporte no Estado do Paraná, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.E. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra a seguir, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 045, 051 e 091/2000.

Levanta-se a sessão.

#### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DE DIREITOS HUMANOS ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil, reuniu-se a Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania, na Sala de Reuniões das Comissões. Havendo número legal o senhor presidente abriu os trabalhos, colocando em votação os Projetos de lei nº 550/99 de autoria do deputado Algaci Tulio, relator deputado Waldyr Pugliesi, parecer FAVORÁVEL - APROVADO; Projeto de Lei nº 230/99 de autoria do deputado Renato Gaúcho, relator deputado Cesar Seleme, parecer FAVORÁVEL - APROVADO; Projeto de Lei nº 306 de autoria do deputado Algaci Tulio, relator o deputado Edgar Bueno, parecer FAVORÁVEL - APROVADO; Projeto de Lei nº 621/99

de autoria do deputado Ademir Bier, relator deputado Beto Richa, com parecer FAVORÁVEL - APROVADO; Projeto de Lei nº 620/99 de autoria do deputado Ademir Bier, relator deputado Beto Richa, com parecer FAVORÁVEL. APROVADO. Projeto de Lei nº 627/99 de autoria do deputado Ademir Bier, relator o deputado Beto Richa, com parecer FAVORÁVEL - APROVADO; Projeto de Lei nº 626/99 de autoria do deputado Ademir Bier, relator o deputado Beto Richa, com parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 622/99, de autoria do deputado Algaci Tulio, relator o deputado Beto Richa, com parecer FAVORÁVEL - APROVADO; Projeto de Lei nº 526/99, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, relator o deputado Beto Richa, com parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Sônia Goreti de Oliveira Carvalho, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente da comissão e pelo secretário, para que produza os efeitos legais.

(aa) PASTOR EDSON PRACZYK

Presidente

RICHARD RUPPEL SOTTO MAIOR

Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE  
INQUÉRITO DOS MEDICAMENTOS  
ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de junho do ano de dois mil, reuniram-se os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito de Medicamentos, na sala de reuniões das Comissões sob a Presidência do deputado Luiz Accorsi. O senhor presidente relata a diligência ocorrida no dia anterior quando acompanhado pela senhora deputada Serafina Carrilho e representantes da Receita Estadual e da Saúde Pública, se dirigiram ao Laboratório O Formulário, ao Correio da João Negrão e à Transvale, para visita de fiscalização. Findando o relato o senhor presidente da Comissão deputado Luiz Accorsi encerrou os trabalhos marcando novas visitas para o dia 20 de junho de 2000, dos quais para constar eu, Sônia Goreti de Oliveira Carvalho, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e pelo secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

Richard Ruppel Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO  
DE DIREITOS HUMANOS  
ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil, na sala de reuniões da Biblioteca da Assembleia Legislativa foi realizada a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito de Direitos Humanos, sob a Presidência do senhor deputado Edson Praczyk. Havendo número legal o senhor

presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião passada. Em seguida o senhor presidente passou a palavra ao tenente coronel Donizeti Carlos Ribeiro, Comandante do 12º Batalhão da Polícia Militar, convidado para prestar alguns esclarecimentos sobre a grave episódio ocorrido, no dia 2 de maio do corrente ano, com o Movimento Sem Terra, ocorrido na estrada de Ponta Grossa. Salienta que o representante do MST não compareceu. O tenente coronel Donizeti Ribeiro, inicialmente, expõe que o 12º Batalhão da Polícia Militar, que tem como competência desenvolver policiamento ostensivo, preventivo e repressivo nos casos de flagrante delito e também em manifestações coletivas, que são responsáveis pela segurança pública e do cidadão, que seu pessoal é preparado psicologicamente e tecnicamente para esses embates. O aparato policial foi organizado porque havia a notícia de que o MST, que estava chegando à nossa Capital com um comboio de cinco ônibus, iria tentar ocupar prédios públicos. A preocupação da polícia era preservar a ordem e evitar a ocupação. Os policiais foram orientados a conduzir os integrantes até o ponto que eles desejassem, desarmados. Ao serem abordados para o desarmamento começou o conflito, foi quando os integrantes do movimento resistiram, considerando que as ferramentas agrícolas que traziam eram apenas símbolos do movimento, achando que a polícia não poderia cercear a liberdade deles, de ir e vir. Insiste o Coronel que os tiros dados pela polícia não foram para atingir ninguém, apenas para dispersar o movimento, e só foram efetuados quando os policiais se sentiram ameaçados. Uma das balas de revólver, porém, feriu um dos integrantes do MST, que acabou morrendo no Hospital do Trabalhador. Inquirido pelo Deputado Waldyr Pugliesi sobre a forma que aconteceu o incidente, coronel respondeu que o que compete a ele é apenas o critério técnico e não político. Finalmente, o coronel fez mais alguns relatos de como a Polícia Militar atuou naquele dia, com o objetivo de apenas manter a ordem, e que a filosofia da Polícia Militar é satisfazer o cidadão, e que algumas situações exigem força para protegê-lo. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente marcou a próxima reunião para dia 13 de junho, terça-feira, na Biblioteca da Assembleia Legislativa e encerrou os trabalhos, dos quais, para constar, eu Sônia Goreti de Oliveira Carvalho, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e pelo secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) PASTOR EDSON PRACZYK - Presidente

Richard Ruppel Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO  
DE MEDICAMENTOS

Aos vinte dias do mês de junho do ano de dois mil, reuniram-se os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito de Medicamentos, na sala de reuniões das Comissões sob a presidência do deputado Luiz Accorsi.

O senhor presidente relata a diligência ocorrida no dia anterior quando a senhora deputada serafina carrilho e representantes da Receita Estadual e da Saúde Pública, se dirigiram ao Posto da Receita Estadual Bianquine e à Transvale, para finalizar carga. Findando o relato o senhor presidente da Comissão deputado Luiz Accorsi encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Sônia Goreti de Oliveira Carvalho, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinda pelo senhor presidente e pelo secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente  
Richard Ruppel Sotto Maior - Secretário  
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS  
E DA CIDADANIA  
RELATÓRIO FINAL

Foi recebida, para avaliação desta Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania, denúncia sobre a morte do “sem-terra” Antonio Tavares de Oliveira, ocorrido no dia 02 de maio do corrente ano, no município de Campo Largo, após incidente com a Polícia Militar do Estado.

Foram convocadas seis reuniões para debater o caso, sendo que duas delas foram suspensas por falta de “quórum”, tanto dos membros da comissão, como, também, pela falta de comparecimento dos convidados.

Foram tomados depoimentos dos senhores Antonio Carlos Coelho, Assessor Especial de Assuntos Fundiários do governo, Abrão Mato e José Antonio Pereira, integrantes do MST e do tenente coronel Donizeti ribeiro, comandante do 12º Batalhão da Polícia Militar.

Na reunião do dia dezesseis de maio do corrente ano, foram ouvidos os representantes do governo e do Movimento Sem-Terra, quando o incidente foi debatido exaustivamente, dando condições para que os membros da comissão inteirarem-se de todos os pormenores do caso que enlutou todo o Estado do Paraná. Na reunião do dia 06 de junho, o coronel Donizeti Ribeiro fez um amplo relato sobre o fato, explicando toda a operação de prevenção praticada pela Polícia Militar, com o objetivo de impedir a ocupação de prédios públicos pelo Movimento Sem-Terra, informou, também, que o inquérito sobre a morte de Antonio Tavares de Oliveira está tramitando na Polícia Militar, para esclarecer, de forma definitiva, o grave incidente.

Entendemos que houve o maior interesse da Assembléia Legislativa e da presidência da comissão para a elucidação do caso. Foram convocados, insistentemente, os representantes das partes envolvidas, Polícia Militar e Movimento Sem-Terra. Nem sempre os convites foram atendidos. Foi importante a participação do coronel Donizeti Ribeiro, comandante do Batalhão que executou a operação, trazendo os esclarecimentos necessários para o entendimento da questão. A comissão entende, também, que o caso está sendo tratado, na Polícia Militar do Estado, como Inquérito Policial Militar e que devemos confiar na imparcialidade das apurações dos fatos. É o que a sociedade paranaense espera para fazer valer os mais legítimos direitos do ser humano e da cidadania.

Sala das Comissões, em  
(aa) PASTOR EDSON PRACZYK -  
Presidente e Relator